

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2026
16 de agosto de 2026

NOME:

CARGO: PROCURADOR

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!

EDITAL N.º 001/2026

CÂMARA DE VEREADORES
DE JOINVILLE

CONCURSO PÚBLICO

- Secretário Legislativo
- Consultor Técnico Legislativo
- Controlador Interno e Procurador



Nome completo: _____

Assinatura: _____

Questão 01

(Correta: B)

Na produção de textos, especialmente na esfera acadêmica e oficial, é muito importante ficar atento à forma como grafar os numerais. Analise as afirmações acerca do uso e escrita de numerais e seus exemplos. Registre V, para verdadeiras e F, para falsas:

() Frações são escritas com algarismos (7/12), exceto quando os dois elementos são menores que dez (dois terços). O verbo deve concordar com o numerador da fração, por exemplo, "Uma PEC precisa do apoio de um terço dos senadores ou dos deputados para ser apresentada e, para ser aprovada, do voto de, no mínimo, três quintos dos parlamentares em cada Casa, em dois turnos".

() No que diz respeito à grafia dos números, de zero a dez se escreve por extenso e de 11 a 999 se escreve usando algarismo. A partir de mil, usam-se algarismos mais a palavra "mil" para números redondos ou aproximados. Por exemplo: "Os rios da Amazônia, com 18,3 mil quilômetros de vias navegáveis, transportam 1,2 milhão de pessoas por mês".

() Em título, legenda e chamada de primeira página, não se pode usar algarismos para destacar a informação ou, quando for necessário, para economizar espaço. Por exemplo: "Diploma para jornalistas é aprovado em primeiro turno".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

Questão 02

(Correta: D)

Leia com atenção a parte inicial da notícia *Levantamento inédito em SC quer mapear crianças que ficaram órfãs após casos de feminicídios*, publicada em 24 de junho de 2026:

"O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a Polícia Científica querem mapear, em um levantamento inédito, quantas crianças e adolescentes ficaram órfãos após perderem suas mães depois de feminicídios em território catarinense. De acordo com o MP, não há, atualmente, dados que identifiquem esse grupo, o que, consequentemente, não viabiliza o acesso deles à rede de proteção. O trabalho iniciou na última sexta-feira (19) em uma reunião entre os órgãos conduzida pelo Núcleo de Enfrentamento a Violências e Apoio às Vítimas do Ministério Público. Conforme o MP, um dado já levantado pelo órgão indica que 45,9% das mulheres vítimas de

feminicídio tinham filhos em comum com o agressor. No entanto, não há detalhes disponíveis sobre quantos são ou em que situação estão neste momento. Isso porque os números existentes fazem parte de informações fragmentadas, restritas, muitas vezes, aos autos da investigação criminal, sem precisão sobre o número de filhos das vítimas, por exemplo. Para o MP, essas crianças e adolescentes acabam não tendo o acesso previsto a políticas públicas específicas e acompanhamento adequado após o crime".

(ELIAS, Alexia.

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/levantamento-inedito-em-sc-quer-mapear-criancas-que-ficaram-orfas-apos-casos-de-feminicidios>)

Para produzir o texto com coesão, a autora usou articuladores textuais responsáveis pela ligação das ideias e da construção do sentido. Ao analisar os articuladores empregados, pode-se afirmar que:

I. *De acordo com* e *conforme* indicam relação de conformidade, a qual se expressa por meio de duas proposições através das quais se mostra a conformidade do conteúdo de uma delas em relação a algo afirmado.

II. *Porque*, no texto, indica uma relação de conclusão em relação ao que foi dito no enunciado anterior o qual foi recuperado pelo pronome *isso*.

III. *No entanto* é um conector que articula sequencialmente uma proposição cujo conteúdo se opõe de alguma maneira ao que foi enunciado.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Questão 03

(Correta: C)

Leia com atenção a crônica *Vista cansada* e depois analise as afirmativas acerca do texto. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

"Acho que foi o Hemingway quem disse que olhava cada coisa à sua volta como se a visse pela última vez. Pela última ou pela primeira vez? Pela primeira vez foi outro escritor quem disse. Essa ideia de olhar pela última vez tem algo de deprimente. Olhar de despedida, de quem não crê que a vida continua, não admira que o Hemingway tenha acabado como acabou.

Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não-vendo. Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio.

Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se

alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou 32 anos a fio pelo mesmo hall do prédio do seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom-dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer.

Como era ele? Sua cara? Sua voz? Como se vestia? Não fazia a mínima ideia. Em 32 anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer. Se um dia no seu lugar estivesse uma girafa, cumprindo o rito, pode ser também que ninguém desse por sua ausência. O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos.

Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de fato, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença."

(Crônica de Otto Lara Resende, publicada originalmente no jornal Folha de S. Paulo, em 23 de fevereiro de 1992.)

() O tema central do texto é o automatismo humano diante do cotidiano. O autor faz uma crítica sutil e profunda sobre como se deixa de notar as pessoas e coisas simplesmente porque elas se tornaram familiares.

() O autor cita Ernest Hemingway que tentava olhar tudo como se fosse pela última vez. Otto Lara Resende, autor da crônica, concorda e estabelece uma valorização do olhar de despedida, destacando que ele traz curiosidade e vida.

() O cronista afirma que "o hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem". Em contrapartida, os poetas e as crianças mantêm o olhar limpo, sendo capazes de enxergar o que os adultos já não conseguem notar na correria do dia a dia.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – F.

Questão 04

(Correta: B)

Leia com atenção o texto *Turismo em massa: nunca se viajou tanto, e isso pode ser um problema*:

"Se você foi para Machu Picchu antes de junho de 2024, teve uma experiência diferente daquela vivenciada por quem visita a cidadela inca hoje. Não se pode mais andar com a relativa liberdade de antes. Agora, todos devem seguir circuitos predeterminados, em passarelas

com fila única.

Se foi para o arquipélago de Ko Phi Phi antes de 2018 e visitou a Baía Maya, famosa desde que foi cenário do filme *A Praia* (2000), você vivenciou algo muito diferente do que é possível hoje. Após anos fechada para um programa de restauro ecológico, a baía reabriu em 2022 com controle rígido e policiado. Antes, os turistas mergulhavam e até acampavam na praia. Hoje, podem, no máximo, molhar os pés."

(Felipe van Deursen, Superinteressante, 17 jun 2026.

<https://super.abril.com.br/sociedade/turismo-de-massa-nunca-se-viajou-tanto-e-isso-pode-ser-um-problema/>.)

Quanto ao uso de recursos estilísticos, no texto, analise as sentenças a seguir a respeito do uso de pronomes:

I.O uso de *você*, nos dois parágrafos do texto, tem a função de convidar o leitor a participar do diálogo do texto. Sabendo disso, o autor escolheu um pronome de tratamento na terceira pessoa do singular, que é usado para se dirigir diretamente ao interlocutor.

II.O uso de *daquela*, contração da preposição *de* com o pronome demonstrativo *aquela*, no texto, tem a função de retomada do termo "experiência" citado um pouco antes.

III.Ao final do primeiro parágrafo, na sentença "Todos devem seguir circuitos predeterminados", a palavra *todos* funciona como um pronome relativo no plural, indicando uma totalidade de forma genérica e abrangente.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 05

(Correta: C)

Leia com atenção as sentenças a seguir e depois analise-as, linguisticamente, quanto ao uso da pontuação, especificamente, da vírgula:

I.Senhora Diretora, solicitamos, por meio deste ofício, a aquisição de novos livros para a biblioteca da escola. A biblioteca, importante espaço de aprendizagem, necessita de obras atualizadas para atender melhor aos estudantes. Contamos com a atenção de Vossa Senhoria e agradecemos a colaboração.

II.Os estudantes, embora estivessem cansados após a viagem, participaram da atividade com entusiasmo e fizeram perguntas durante toda a apresentação, demonstrando interesse pelo conteúdo e aproveitando a oportunidade para aprender mais.

III.Na escola, os alunos do 6.º ano leram Lígia Bojunga; os do 7º Conceição Evaristo; e os do 8º Manoel de Barros. Ao final das aulas, todos, participaram da roda de conversa sobre as leituras, compartilhando o que

aprenderam.

É correto o uso de pontuação em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

Questão 06

(Correta: A)

Analise as sentenças a seguir quanto à regência verbal:

I.A população assistiu a reportagem sobre a retirada das vítimas do terremoto dos escombros. As equipes do exterior chegaram em Caracas assim que foram convocadas. Elas obedecem as orientações locais e esperam poder ajudar nessa tragédia.

II.O prefeito respondeu às perguntas dos jornalistas e lhes informou a respeito das providências tomadas para socorrer as vítimas do desastre. Ele disse que não se esqueceu dos seus eleitores.

III.Mesmo com a diminuição das chances de encontrar sobreviventes a cada hora, equipes de resgate ainda conseguem encontrar pessoas vivas em montanhas de destroços, oferecendo às famílias angustiadas um breve sopro de esperança.

É correta a regência verbal em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 07

(Correta: E)

Leia com atenção o texto a seguir a fim de analisar nele o uso de operadores argumentativos, com destaque para as preposições e locuções formadas por elas, e os sentidos que eles atribuem ao texto:

"O povo holandês continua a gastar maciçamente para manter em forma seu extenso sistema de diques e bombas, e está protegido contra surtos de tempestade cuja probabilidade de ocorrência é de até mesmo uma vez em 10 mil anos. Mas a perspectiva da acelerada elevação do mar implica que a manutenção desse nível de segurança pode exigir maiores investimento. Isso leva a Holanda a gastar cerca de 4 bilhões de euros por ano do seu orçamento para manter e modernizar seu complexo de infraestrutura, visto que cerca de 26% do país está abaixo do nível do mar."

(Texto adaptado e complementado a partir de Jodi Jacobson, em Impedindo que o mar invada a terra, 1990.)

Assinale a alternativa correta:

- (A) A função de "para" é introduzir a ideia de proporção, ligando a ação de gastar, proporcionalmente, ao sistema em boas condições. A locução "até mesmo" indica tempo e lugar com destaque para a Holanda e para 10 mil anos. "Cerca de" é uma locução prepositiva cujo valor semântico equivale a "por volta de" ou "em torno de".
- (B) Em "para" tem-se a ideia de consequência quanto ao investimento feito para manter o sistema em boas condições. A função de "até mesmo" dá ênfase à informação que segue, indicando que se trata de um caso extremo ou surpreendente. "Cerca de" é um recurso usado quando uma medição exata seria muito difícil ou desnecessária para a compreensão geral.
- (C) A preposição "para" introduz a ideia de finalidade, ligando a ação de gastar ao objetivo de manter o sistema em boas condições. A locução "até mesmo" indica tempo e lugar com destaque para a Holanda e para 10 mil anos. "Cerca de" é um recurso usado quando uma medição é muito difícil ou de menor importância para a compreensão geral.
- (D) A preposição "para" introduz a ideia de consequência quanto ao investimento feito para manter o sistema em boas condições. A locução "até mesmo" indica tempo e lugar com destaque para a Holanda e para 10 mil anos. O uso de "cerca de" informa que o valor não é um número absoluto ou exato, mas que fica muito próximo a essa porcentagem.
- (E) A função de "para" é introduzir a ideia de finalidade, ligando a ação de gastar ao objetivo de manter o sistema em boas condições. Já a função de "até mesmo" é dar ênfase à informação que segue, indicando que se trata de um caso extremo ou surpreendente. O uso de "cerca de" informa que o valor não é um número absoluto ou exato, mas que fica muito próximo à porcentagem.

Questão 08

(Correta: E)

Na esfera da redação oficial, circulam vários gêneros textuais, cada qual com composição, estilo e função diferenciada. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando a definição do gênero textual a sua respectiva denominação:

Primeira coluna: definição do gênero textual

- 1.Registro, geralmente em forma de relato, de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas numa assembleia ou reunião de corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação, associação, diretoria, congregação, etc.
- 2.Petição por escrito, segundo formalidades legais, contendo reivindicação ou pedido e, por extensão de sentido, qualquer petição verbal ou por escrito, como documento formal, segue as regras de uma carta da correspondência formal, quanto à linguagem e interlocução.
- 3.Trata-se de um conjunto de normas que regem o

funcionamento interno de uma instituição pública ou particular e, como regulamento, de um conjunto de normas impostas ou consentidas.

Segunda coluna: denominação do gênero textual

☐ Requerimento.

☐ Regimento.

☐ Ata.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 3 – 2 – 1.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 1 – 2 – 3.
- (E) 2 – 3 – 1.

Questão 09

(Correta: A)

Leia com atenção o texto a seguir e analise a concordância verbal a fim de escolher os termos que completam os verbos que estão ausentes:

_____ -se apartamentos é a placa que se lê pela cidade. Um dos que mais _____ imóveis são os que vieram morar aqui a trabalho. Cerca de 100 pessoas _____ à cidade a cada seis meses. Elas precisam _____ a decisão sobre onde morar. O aluguel está alto e todos concordam que três mil reais por mês _____ muito para o aluguel de uma quitinete.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas no texto:

- (A) Alugam – procuram – chegam – tomar – é.
- (B) Aluga – procuram – chega – tomarem – são.
- (C) Alugam – procuram – chegam – tomar – são.
- (D) Aluga – procura – chega – tomarem – são.
- (E) Alugam – procura – chega – tomar – é.

Questão 10

(Correta: A)

Assinale a sentença em que todas as palavras estão corretas quanto à acentuação gráfica:

- (A) Após o inglês e o espanhol, o português é a terceira língua ocidental mais falada.
- (B) Apesar das mudanças ortográficas, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país e isso é de suma importância.
- (C) Aquele que conhece as regras de acentuação, ao ler vocábulos errados, consegue corrigi-los.
- (D) As mudanças que ocorreram, em 2009, são um vôo para a simplificação dos que lêem na língua portuguesa em todos os países.

- (E) A idéia das mudanças ortográficas, em 2009, reuniu os países de língua portuguesa.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 11

(Correta: C)

Acerca dos regimes jurídicos de utilização de bens públicos municipais por terceiros e as exigências estabelecidas pela Lei Municipal n. 4.014/1999, considere a hipótese de um particular que pretenda explorar economicamente um imóvel público para fins de industrialização, sob o regime de direito real. Analise as disposições legais aplicáveis a seguir:

- (A) A concessão de direito real de uso é um contrato administrativo essencialmente intransferível, submetendo-se exclusivamente ao registro em livro administrativo interno, sem necessidade de inscrição no livro próprio do registro imobiliário.
- (B) A permissão de uso de bem público municipal, embora efetivada a título precário, vincula o Município à impossibilidade de retomada do bem antes do prazo de quatro anos, devendo ser precedida de decreto de utilidade pública e avaliação prévia pela Bolsa de Valores.
- (C) A concessão de direito real de uso constitui-se como um contrato de transferência, remunerada ou gratuita, de imóvel público a particular, configurando-se como um regime resolúvel voltado especificamente a objetivos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou outra forma de exploração de interesse social, exigindo, via de regra, autorização legislativa e concorrência.
- (D) A concessão de uso de bem público municipal para exploração segundo destinação específica, é um ato unilateral e precário que prescinde de autorização legislativa, sendo a licitação dispensada nos casos em que o contrato for firmado por tempo determinado.
- (E) O regime de concessão de uso, por possuir natureza de contrato administrativo, permite a alteração de cláusulas regulamentares e a rescisão antecipada, sendo a realização de audiência pública um requisito facultativo condicionado à discricionariedade do Chefe do Executivo.

Questão 12

(Questão anulada)

No âmbito da Lei Complementar n. 470/2017 (LOT), a estruturação territorial de Joinville é pautada por definições técnicas que balizam o macrozoneamento e os regimes de ocupação. Sobre os conceitos e critérios de adensamento e proteção ambiental, assinale a alternativa correta:

- (A) O conceito de Área Urbana de Adensamento Especial (AUAE) refere-se a regiões com deficiência de acesso ao transporte coletivo e ao saneamento básico, onde a infraestrutura é comprovadamente incapaz de suportar qualquer volume de atividades do setor terciário.
- (B) A Área Total Edificada (ATE) corresponde ao somatório de todas as áreas construídas de um imóvel, incluindo o volume do coroamento destinado a abrigar instalações de transporte vertical e depósitos, independentemente da Referência de Nível (RN).
- (C) A Área Urbana de Adensamento Controlado (AUAC) compreende regiões que apresentam eventuais fragilidades ambientais, possuam mínimas condições de infraestrutura ou restrições para a melhoria do sistema viário, limitando a capacidade de absorção de novos moradores ou atividades econômicas.
- (D) A Área Urbana de Adensamento Prioritário (AUAP) é definida pela presença de grandes fragilidades ambientais, caracterizando-se por áreas localizadas acima da isoípsa 40, o que demanda restrições severas de ocupação para garantir a recuperação e manutenção do ecossistema.
- (E) A definição de Área Urbana de Proteção Ambiental (AUPA) aplica-se a regiões com sistema viário estruturado e expressivos vazios urbanos, sendo recomendável o adensamento populacional pleno devido à inexistência de características paisagísticas relevantes.

Questão 13

(Correta: D)

Com base na estrutura organizacional básica da Câmara de Vereadores de Joinville, assinale a alternativa que descreve corretamente a classificação dos seus órgãos e unidades:

- (A) A Escola do Legislativo e o Serviço de Atendimento ao Cidadão são classificados como Órgãos de Consultoria, integrando a estrutura da Diretoria de Assuntos Legislativos.
- (B) A Diretoria Financeira e a Diretoria de Tecnologia da Informação são classificadas como Unidades de Assessoramento, vinculadas diretamente à Mesa Diretora.
- (C) O Gabinete do Primeiro-Secretário e a Consultoria Legislativa são Órgãos de Direção Superior, possuindo autonomia administrativa plena para fins de gestão.
- (D) A Mesa Diretora é classificada como Órgão de Direção Superior, enquanto a Controladoria-Geral e a Procuradoria são definidas como Unidades de Assessoramento.
- (E) A Controladoria-Geral é considerada um Órgão de Direção, compondo a estrutura da Diretoria-Geral juntamente com a Diretoria Administrativa.

Questão 14

(Correta: B)

Quanto aos indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das ações de Promoção Econômica e Tecnológica do Município de Joinville, a lei prevê:

- (A) Redução da participação do setor primário junto ao Produto Interno Bruto (PIB) de Joinville em relação ao Estado.
- (B) Melhoria na relação entre a renda do cidadão rural e o do urbano.
- (C) Aumento da carga tributária de ISS sobre os prestadores de serviços relacionados aos setores portadores de futuro.
- (D) Estagnação do incremento das atividades estimuladas pelos Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Sustentável.
- (E) Evolução dos índices de sustentabilidade conforme a NBR 37190 – Urbanismo Sustentável Global.

Questão 15

(Correta: A)

Sobre a queima de fogos e artefatos pirotécnicos no Município de Joinville, analise as proposições e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() É proibida a queima e soltura de fogos de artifícios com estampidos e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ou ruidoso em todo o Município de Joinville, em áreas públicas ou privadas.

() A proibição de queimar fogos de artifício e fazer fogueiras nos logradouros públicos não admite qualquer tipo de suspensão prévia pela Prefeitura Municipal.

() Estão inseridos na proibição os fogos de artifício ou artefatos pirotécnicos que produzem efeitos visuais sem estampido.

() É proibida a soltura de fogos de artifício nas modalidades de shows pirotécnicos ou apresentações em áreas próximas a locais onde se abrigam animais, como canis e zoológicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – V – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) V – F – V – F.

Questão 16

(Correta: A)

Acerca das atribuições comuns a todos os níveis de direção e chefia, bem como da responsabilidade por decisões no âmbito do Poder Legislativo joinvilense, assinale a alternativa correta:

- (A) Compete aos ocupantes de cargos de direção e chefia proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba no nível imediatamente superior e despachos decisórios em processos de sua competência.
- (B) Os chefes e diretores devem abster-se de distribuir serviços ao pessoal sob sua direção, devendo a tarefa ser centralizada na Diretoria de Gestão de Pessoas para fins de isonomia.
- (C) A responsabilidade por prestar contas dos resultados alcançados é restrita aos Diretores, não se estendendo aos níveis de chefia hierarquicamente inferiores na estrutura da Casa.
- (D) O ocupante do cargo de direção e chefia poderá escusar-se de decidir em assuntos de sua competência caso comprove acúmulo de funções, sem prejuízo de sua responsabilidade funcional.
- (E) É atribuição exclusiva da Mesa Diretora, e não comum aos níveis de chefia, zelar pela implantação e funcionamento das normas de controle interno em cada unidade.

Questão 17

(Correta: B)

Assinale a alternativa que indica corretamente uma ação para consolidar o desenvolvimento físico-territorial na Promoção Econômica no Setor Secundário do Município de Joinville:

- (A) Eliminar a flexibilização da implantação de atividades logísticas junto aos eixos de acesso para garantir a manutenção das áreas não edificáveis.
- (B) Favorecer o desenvolvimento das áreas permissivas à atividade secundária nos corredores de desenvolvimento regional existentes, como as rodovias BR-101 e SC-418.
- (C) Isolar a atividade industrial da malha urbana para impedir a integração de usos e evitar a necessidade de estudos de impacto de vizinhança.
- (D) Proibir a construção de malha urbana por meio de parcerias com a iniciativa privada em locais vocacionados ao adensamento industrial.
- (E) Restringir a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Promoção do Desenvolvimento Sustentável exclusivamente ao setor terciário de inovação.

Questão 18

(Correta: B)

Considere as disposições da Lei Municipal n. 5.230/2005, sobre a denominação, emplacamento e numeração de vias públicas e próprios municipais. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

- () O pedido de substituição de denominação de via ou logradouro público municipal deve ser instruído com os documentos biográficos e geográficos pertinentes,

acompanhado do consenso expresso de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) dos proprietários dos imóveis ali situados.

- () Na numeração das edificações, o critério técnico estabelece que, para os imóveis situados à direita de quem percorre o logradouro, do início para o fim, serão distribuídos os números pares, cabendo ao lado oposto a numeração ímpar.

- () As despesas decorrentes de cartório e as providências administrativas originadas pelo pedido de substituição de nome de via pública, por ser matéria de interesse público, são de responsabilidade exclusiva do erário público municipal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F — V — F.
- (B) V — V — F.
- (C) V — F — F.
- (D) V — F — V.
- (E) F — F — V.

Questão 19

(Correta: E)

No que concerne às multas impostas de forma regular e inscritas em dívida ativa, é vedado aos infratores:

- (A) Receber créditos tributários compensatórios, mantendo-se o direito de transacionar com a administração em casos de urgência ou emergência.
- (B) Participar de licitações e celebrar contratos, permitindo-se, todavia, o recebimento de créditos pendentes e a celebração de termos aditivos.
- (C) Apenas a celebração de novos contratos administrativos e a participação em processos licitatórios na modalidade de concorrência pública.
- (D) Receber quaisquer quantias, com exceção daquelas decorrentes de precatórios de natureza alimentar já expedidos contra a Fazenda Municipal.
- (E) Receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a prefeitura, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Questão 20

(Correta: B)

O reconhecimento de utilidade pública municipal em Joinville passou por importantes atualizações normativas, visando adequar o regime das entidades civis às novas práticas de gestão e transparência. Com base na Lei Municipal n. 1.086/1970 e nas alterações promovidas pela Lei Complementar n. 645/2023, analise os itens apresentados a seguir:

- I.A qualificação de entidades civis sem fins

lucrativos como Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPs) pelo Ministério da Justiça gera, por equiparação legal, os mesmos efeitos de sua titulação como de utilidade pública municipal para todos os fins legais.

II. Admite-se a remuneração de dirigentes de entidades reconhecidas como de utilidade pública, desde que estes atuem efetivamente na gestão executiva e que os valores respeitem os limites praticados pelo mercado na região correspondente à área de atuação.

III. As entidades declaradas de utilidade pública possuem a obrigação de remeter, anualmente, até o dia 31 de março, ao órgão competente da Prefeitura e à Câmara de Vereadores, a demonstração de receitas e despesas e o relatório circunstanciado dos serviços prestados.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

(Correta: A)

A Advocacia Pública integra o capítulo das funções essenciais à justiça na Constituição de 1988. A respeito de seu regime constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Advocacia-Geral da União representa a União judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- (B) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União ocorre por livre nomeação do Presidente da República, dispensado o concurso público.
- (C) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe diretamente ao Advogado-Geral da União.
- (D) Os Procuradores dos Estados exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades, sendo o ingresso na carreira independente de concurso público.
- (E) A estabilidade dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada desde a posse, sem exigência de tempo de efetivo exercício.

Questão 22

(Correta: B)

A jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal

registra entendimentos sobre o processo legislativo. Considerando esses enunciados e a orientação atual do Tribunal, assinale a alternativa correta:

- (A) Pela Súmula 5, ainda plenamente aplicável, a sanção do projeto pelo chefe do Executivo sana o vício de iniciativa.
- (B) O Supremo Tribunal Federal firmou que a sanção do projeto de lei não convalida o vício de iniciativa, razão pela qual a Súmula 5, segundo a qual a sanção supriria a falta de iniciativa do Poder Executivo, encontra-se superada.
- (C) A Súmula Vinculante 54 autoriza a reedição de medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional, dentro do prazo de eficácia, mesmo após a Emenda Constitucional n.º 32/2001.
- (D) O vício de iniciativa em matéria reservada ao chefe do Executivo é sanável pela deliberação favorável de dois terços da respectiva Casa Legislativa.
- (E) As regras de iniciativa reservada do processo legislativo federal deixam de se estender, por simetria, aos processos legislativos estadual e municipal.

Questão 23

(Correta: A)

O modelo constitucional da Advocacia Pública estadual define o alcance da representação judicial e da consultoria jurídica dos entes federados. Sobre esse modelo, assinale a alternativa correta:

- (A) A representação judicial e a consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal são exercidas de forma una pela Procuradoria-Geral do ente, alcançando a administração direta, autárquica e fundacional.
- (B) A carreira de advogado público municipal, por atuar junto ao município, situa-se fora do conceito constitucional de função essencial à justiça.
- (C) O regime jurídico da Constituição Federal abrange também a representação judicial das empresas públicas e das sociedades de economia mista estaduais.
- (D) Os requisitos de idade e de notável saber jurídico previstos para o Advogado-Geral da União aplicam-se, por simetria, à escolha dos Procuradores-Gerais dos Estados.
- (E) A criação de procuradorias municipais é obrigatória por força de norma constitucional de reprodução obrigatória.

Questão 24

(Correta: D)

Uma associação civil regularmente constituída ajuizou ação civil pública, de alcance nacional, para a tutela de direitos de consumidores lesados por prática uniforme de instituições financeiras. Ao sentenciar, o juízo julgou procedente o pedido. Instaurou-se controvérsia sobre a extensão territorial da coisa julgada, à luz do art. 16 da

Lei n.º 7.347/1985 e do entendimento do Supremo Tribunal Federal. Considerando a legislação vigente e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta:

- (A) A coisa julgada na ação civil pública fica necessariamente limitada à competência territorial do órgão prolator, por força da redação vigente do art. 16 da Lei n.º 7.347/1985.
- (B) A eficácia da sentença coletiva restringe-se aos associados da autora domiciliados na comarca do juízo prolator, independentemente do alcance nacional do dano.
- (C) A limitação territorial da coisa julgada foi mantida pelo STF como forma de evitar decisões conflitantes entre juízos de diferentes localidades.
- (D) O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a redação do art. 16, dada pela Lei n.º 9.494/1997, afastando a limitação territorial da coisa julgada, de modo que a sentença alcança os sujeitos atingidos independentemente dos limites da competência territorial do órgão prolator.
- (E) Em razão da natureza individual homogênea dos direitos discutidos, a sentença coletiva deixa de produzir efeitos *erga omnes*, ainda que procedente.

Questão 25

(Correta: A)

Determinada associação, constituída há oito meses e com finalidade institucional de proteção ao meio ambiente, pretende atuar na defesa de interesses difusos ambientais. Em paralelo, órgão público ambiental busca formalizar, com o poluidor, um ajuste para adequação da conduta às exigências legais, sem recurso à via judicial. Considerando a Lei n.º 7.347/1985, assinale a afirmativa correta:

- (A) O requisito da constituição, a pelo menos um ano, pode ser dispensado pelo juiz quando houver manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- (B) A associação está automaticamente legitimada para a ação civil pública, pois o requisito de constituição, a pelo menos um ano, não comporta qualquer dispensa.
- (C) O compromisso de ajustamento de conduta, por ter natureza negocial, deixa de constituir título executivo, dependendo de posterior homologação judicial para produzir efeitos.
- (D) O compromisso de ajustamento de conduta pode ser tomado por qualquer dos legitimados do art. 5º, inclusive pelas associações civis.
- (E) A Defensoria Pública não está no rol de legitimados para a propositura da ação civil pública.

Questão 26

(Correta: D)

A respeito da regra vigente quanto à duração e

recondução para os cargos da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joinville, assinale a alternativa correta:

- (A) O mandato será de dois anos, sendo a reeleição permitida apenas nos casos de vacância ocorrida no primeiro semestre do biênio legislativo em curso.
- (B) O mandato coincide com a Legislatura, sendo facultada a renovação parcial da Mesa ao final do segundo ano mediante processo de votação simbólica.
- (C) O mandato será de um ano, permitida uma única recondução sucessiva para o mesmo cargo, desde que aprovada por maioria absoluta do Plenário.
- (D) O mandato será de dois anos, sendo expressamente vedada a reeleição de qualquer de seus membros para igual cargo na mesma Legislatura.
- (E) O mandato será de dois anos, permitida a reeleição apenas para os cargos de Secretário e Vice-Presidente, vedando-se a recondução para a Presidência.

Questão 27

(Correta: E)

No processo de eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joinville, assinale a alternativa que indica o procedimento correto a ser adotado, caso nenhum candidato aos cargos obtenha a maioria absoluta dos sufrágios na primeira votação:

- (A) Transferência da competência de escolha para o Colégio de Líderes, que decidirá por voto aberto e nominal, exigindo-se a aprovação de dois terços dos membros da Casa.
- (B) Proclamação automática como eleito do Vereador que possuir a maior idade entre os candidatos empatados, em observância ao princípio da experiência parlamentar.
- (C) Suspensão da sessão por vinte e quatro horas para novas articulações partidárias, mantendo-se a exigência de quórum de maioria absoluta para a validade do segundo turno.
- (D) Anulação do processo de votação e abertura de novo prazo de cinco dias úteis para o registro de chapas completamente distintas daquelas que concorreram inicialmente.
- (E) Realização de segunda votação imediata, na qual será admitida a eleição por maioria simples, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador mais votado nas eleições.

Questão 28

(Correta: B)

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Joinville possui diversas competências e atribuições. No âmbito da gestão administrativa e funcional da Câmara, assinale a alternativa que indica corretamente uma competência atribuída privativamente à Mesa Diretora:

- (A) Ordenar as despesas da Câmara de Vereadores e assinar cheques nominativos juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro.
- (B) Propor a criação e extinção de cargos da Câmara de Vereadores, fixar os respectivos vencimentos iniciais ou conceder-lhes majoração.
- (C) Autorizar as despesas para as quais a lei dispense licitação, independentemente de teto orçamentário ou oitiva do órgão de controle interno.
- (D) Nomear relator *ad hoc* para proposições que tramitem em regime de urgência, quando os prazos regimentais das Comissões forem extrapolados.
- (E) Homologar os resultados de concursos públicos para o quadro de servidores efetivos do Poder Executivo e do Legislativo de forma unificada.

Questão 29

(Correta: C)

Sobre as hipóteses de perda do mandato de Vereador previstas no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Joinville, assinale a alternativa correta:

- (A) A perda do mandato por ausência injustificada a um terço das Sessões Ordinárias em cada Sessão Legislativa será sempre decidida pelo Plenário, mediante voto aberto da maioria absoluta.
- (B) A perda do mandato decorrente de infração às incompatibilidades parlamentares será declarada pela Mesa Diretora, independentemente de deliberação do Plenário.
- (C) A perda do mandato decorrente de condenação criminal transitada em julgado será decidida pelo Plenário da Câmara, mediante voto da maioria absoluta de seus membros.
- (D) Todas as hipóteses de perda do mandato dependem de decisão judicial transitada em julgado.
- (E) Em qualquer hipótese de perda do mandato, a competência será da Mesa Diretora, independentemente da causa.

Questão 30

(Correta: D)

A condução do processo licitatório, na Lei n.º 14.133/2021, foi atribuída a agente específico. Sobre o agente de contratação, assinale a alternativa correta:

- (A) Os membros da comissão de contratação respondem de forma individual e exclusiva, afastada qualquer responsabilidade solidária.
- (B) O agente de contratação atua sempre sozinho, sendo vedada a formação de comissão de contratação em qualquer hipótese.
- (C) O agente de contratação pode ser escolhido livremente entre particulares contratados para essa finalidade específica.

- (D) O agente de contratação é designado pela autoridade competente entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração, cabendo-lhe conduzir o certame e dar impulso ao procedimento até a homologação.
- (E) Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação pode ser substituído por comissão de contratação formada por, no máximo, dois membros.

Questão 31

(Correta: D)

A Lei n.º 14.133/2021 disciplina as hipóteses de contratação direta. Sobre a inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta:

- (A) A inexigibilidade pressupõe a existência de competição viável, autorizando a Administração a afastar a licitação por juízo de conveniência.
- (B) A inexigibilidade admite a contratação direta para serviços de publicidade e divulgação, desde que o prestador detenha notória especialização.
- (C) As hipóteses de inexigibilidade previstas na lei formam rol taxativo, insuscetível de ampliação diante de outras situações de inviabilidade de competição.
- (D) A licitação é inexigível quando inviável a competição, o que se configura, entre outras situações, na contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (E) A contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade prescinde de consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Questão 32

(Correta: C)

Sobre os mecanismos de cooperação jurídica internacional previstos no Código de Processo Civil, analise as sentenças a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

() Compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

() No caso de auxílio direto para a prática de atos que, segundo a lei brasileira, não necessitem de prestação jurisdicional, a autoridade central adotará as providências necessárias para seu cumprimento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

(A) F – F – F.

(B) V – F – F.

- (C) V – V – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – V.

Questão 33

(Correta: A)

Acerca da representação processual dos entes federados e das normas de ordenação de julgamento estabelecidas no Código de Processo Civil, considere o regime jurídico vigente e assinale a alternativa correta:

- (A) A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios exige a demonstração de interesse comum dos associados e depende de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, acompanhada da indicação específica do direito ou da obrigação objeto das medidas judiciais.
- (B) A representação judicial municipal por entidade associativa dispensa a autorização do prefeito quando a lide versar sobre direitos fundamentais sociais, em razão da natureza indisponível do interesse público.
- (C) O requerimento formulado pela parte após a inclusão do processo na lista de processos aptos a julgamento altera automaticamente a ordem cronológica para a decisão, independentemente do conteúdo da petição.
- (D) A representação do Município por Associação de Representação de Municípios restringe-se exclusivamente às esferas extrajudiciais e administrativas, sendo vedada a atuação processual em juízo, mesmo em questões de interesse comum dos associados.
- (E) Os magistrados possuem o dever absoluto de observar a ordem cronológica de conclusão para proferir sentenças, sendo nula qualquer decisão que priorize processos fora da lista pública, independentemente de metas do Conselho Nacional de Justiça.

Questão 34

(Correta: A)

O Decreto-Lei nº 201/1967 distingue os crimes de responsabilidade dos Prefeitos, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, das infrações político-administrativas submetidas à Câmara Municipal. A respeito dos crimes previstos no art. 1º do referido Decreto-Lei, assinale a alternativa correta:

- (A) A condição funcional exigida pelo tipo comunica-se ao terceiro que concorra dolosamente para o delito e tenha conhecimento dessa qualidade do agente.
- (B) A ação penal depende de representação do Município, apresentada pela Procuradoria-Geral ou previamente autorizada pela Câmara de Vereadores.

- (C) O término do mandato impede o prosseguimento da persecução penal, pois extingue a condição pessoal exigida para a configuração do delito.
- (D) A modalidade culposa é admitida quando a conduta causar dano ao patrimônio municipal ou comprometer a prestação de serviço público.
- (E) O processo e o julgamento competem à Câmara Municipal sempre que a conduta tiver sido praticada durante o exercício do mandato eletivo.

Questão 35

(Correta: E)

Considere as afirmativas relacionadas ao Decreto-Lei n.º 201/67 como espécies de ilícito penal praticado pelo Prefeito apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

- () Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
- () Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Procuradoria do Município ou em desacordo com a lei.
- () Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) V – F – V.

Questão 36

(Correta: D)

"O direito positivo parece classificar o tributo em três espécies: 1) Impostos; 2) Taxas; e 3) Contribuição de melhoria.

Não obstante, os doutrinadores do Direito tributário têm apresentado divergências nesta matéria.

Rúbens Gomes de Souza, Pontes de Miranda e Alfredo Augusto Becker entendem que existem apenas duas espécies, ou seja, impostos e taxas.

Por outro lado, o Prof. Geraldo Ataliba, também adotando a posição bipartida, classifica os tributos em vinculados (taxas e contribuição de melhoria) e não vinculados (impostos). No caso dos tributos vinculados, subdivide em vinculados diretamente (taxas) e vinculados indiretamente (contribuição de melhoria).

A maioria dos doutrinadores do Direito tributário adotam a classificação tripartida, dentre os quais nós incluímos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) (art. 145, I, II e III, da CF (LGL\1988\3), e art. 5.º do CTN (LGL\1966\26)).

Luciano da Silva Amaro classifica adotando uma tese em

que identifica quatro espécies, ou seja, impostos, taxas (de serviço, de polícia, de utilização de via pública e de melhoria), contribuições (sociais, econômicas e corporativas) e empréstimos compulsórios.

Ives Gandra da Silva Martins, identifica a existência de cinco espécies, ou seja, impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios. [...]"

(ICHIHARA, Yoshiaki. *Taxas no Sistema Tributário Brasileiro. Doutrinas Essenciais de Direito Tributário*, vol. 6. Fev./2011. Revista dos Tribunais: 2011. p. 133 – 146.)

Sobre as espécies tributárias, assinale a alternativa correta:

- (A) As taxas, como tributos *sui generis*, não precisam observar o princípio da legalidade para sua majoração.
- (B) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (C) O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência recente pacífica no sentido da constitucionalidade da instituição, pelos Municípios, das taxas de pavimentação asfáltica ou taxas de asfaltamento.
- (D) Para cobrança da contribuição de melhoria, há necessidade de publicação prévia do orçamento do custo da obra e fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação pelos interessados.
- (E) Os Municípios poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, sendo sua cobrança realizada compulsoriamente na fatura de energia elétrica.

Questão 37

(Correta: A)

Segundo o Código Tributário Municipal de Joinville e as leis municipais correlatas, está correto o que se afirma em:

- (A) No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do IPTU poderá ser feito em nome do promitente vendedor, do compromissário comprador, ou de ambos.
- (B) Os contribuintes ou responsáveis são obrigados a comunicar, à Fazenda Municipal, dentro de 90 (noventa) dias, contados a partir da ocorrência, qualquer dado ou elemento que altere qualquer dado cadastral utilizado pela Secretaria da Fazenda para constituição e lançamento do crédito tributário.
- (C) O contribuinte que exerce mais de uma das atividades relacionadas na lista anexa à Lei Complementar n.º 155/2003, fica sujeito à incidência do ISS sobre aquela com a maior alíquota, a não ser que se trate de profissional autônomo.

(D) O contribuinte que houver cometido infração, ou reincidir na violação das normas estabelecidas no Código Tributário Municipal e em regulamentos municipais, será submetido a regime especial de fiscalização.

(E) Em relação ao IPTU, considera-se sempre domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação do bem imóvel objeto do lançamento.

Questão 38

(Correta: D)

Tomando por base as disposições constitucionais relativas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), incluído pela Emenda Constitucional n.º 132 de 2023, julgue a sentenças a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, e sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

() Os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao IBS, serão processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

() A alíquota do IBS fixada pelo ente federativo, por lei específica, será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição.

() Caso o ente federativo não estabeleça a alíquota do IBS, esta será fixada por Resolução conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos termos de lei complementar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) V – V – V – F.
- (E) F – V – F – V.

Questão 39

(Correta: C)

Um município pretende aplicar, em âmbito administrativo, uma norma que consta em tratado internacional incorporado e que verse sobre obrigações contratuais. A respeito da vigência e da obrigatoriedade das leis, assinale a alternativa que esteja em conformidade com o Decreto-Lei n.º 4.657/1942:

- (A) Nas correções a texto de lei já em vigor, quando publicadas para sanar erros materiais, consideram-se apenas retificações, não sendo tratadas como lei nova.
- (B) Salvo disposição contrária, a lei brasileira começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- (C) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada.
- (D) A lei terá vigor permanente e irrevogável, não podendo ser modificada por lei posterior, salvo se houver cláusula de *vacatio legis* expressa no novo diploma.
- (E) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se quarenta e cinco dias após sua publicação oficial.

Questão 40

(Correta: B)

Analise as assertivas a seguir sobre a qualificação de bens e as regras de sucessão e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

() A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país da nacionalidade do herdeiro, independentemente da natureza ou da situação dos bens deixados.

() Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – F.

Questão 41

(Correta: C)

A Lei n.º 4.320/1964 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes federativos. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- (A) A receita será classificada nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes, Receitas Fixas e Receitas de Capital.

- (B) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- (C) A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, serão feitas mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.
- (D) São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- (E) Classificam-se como investimentos as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização e a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas.

Questão 42

(Correta: D)

A Lei de Responsabilidade Fiscal é importante marco normativo nas finanças públicas nacionais, pois estabelece regras mais rígidas para o controle orçamentário. De acordo com o previsto na Constituição e nesta Lei Complementar, está correto o que se afirma em:

- (A) É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não faça a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (B) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (C) A concessão de qualquer benefício ou incentivo de natureza tributária deve estar acompanhado do seu prazo de vigência, que não poderá ser superior a 5 (cinco) anos.
- (D) A proposição legislativa que conceda diferimento de tributos por mais de 60 (sessenta) meses para parcela dos contribuintes pessoas jurídicas de determinada região, deve vir acompanhada de estimativa de quantitativo de beneficiários, metas de desempenho, prazo de vigência e mecanismos de transparência e monitoramento e avaliação de resultados.

- (E) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais e considerarão, quando for possível, os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços e do crescimento econômico.

Questão 43

(Correta: C)

Sobre os orçamentos, julgue as alternativas a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A lei que instituir o plano plurianual (PPA) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

() A lei orçamentária anual (LOA) compreende os orçamentos fiscal, de investimentos, de custeio e da seguridade social.

() A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e disporá sobre as alterações na legislação tributária e os critérios e forma de limitação de empenho.

() A lei orçamentária anual (LOA) conterá uma reserva de contingência e poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – F – V.
- (B) V – F – F – V.
- (C) V – F – V – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – V – V – F.

Questão 44

(Correta: D)

"O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) é uma instituição pública, de envergadura constitucional, que compõe, ao lado dos demais poderes e órgãos autônomos, a estrutura do Estado Democrático de Direito. Exerce a jurisdição de contas em todo território estadual, e tem por função o controle externo da administração pública catarinense. Híbrido em sua essência, é responsável tanto pela fiscalização contábil, financeira, operacional, orçamentária e patrimonial, quanto pelo julgamento das contas das administrações públicas do Estado e dos 295 municípios catarinenses."

(TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. Institucional. Disponível em: <https://www.tcesc.tc.br/content/o-tce-sc>. Acesso em: 08/jul./2026.)

Acerca da fiscalização financeira e orçamentária, prevista tanto na Constituição Federal quanto nas

normas municipais de Joinville, está correto o que se afirma em:

- (A) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quando à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo do Tribunal de Contas Municipal.
- (B) Cabe tão somente ao Poder Legislativo de cada ente federativo manter sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do ente.
- (C) No âmbito federal, cabe ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, sugerir ao Judiciário a aplicação aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- (D) Para o exercício da auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, os órgãos da administração direta e indireta municipal deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos e prazo estabelecidos, balancetes mensais, balanços anuais e demais demonstrativos e documentos que forem solicitados.
- (E) O Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de janeiro do exercício seguinte, as suas contas e as da Câmara, apresentadas pela Mesa, as quais lhe serão entregues até o dia 10 de janeiro.

Questão 45

(Correta: E)

Considere as afirmativas relacionadas a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979), que institui uma série de limitações para a realização do parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. Para tanto, a norma determina em quais casos não será permitido o parcelamento do solo. Considerando essa limitação, registre V, para verdadeiras, e F, para falsas, nos casos em que a norma não permite o parcelamento do solo:

() Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.

() Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.

() Em terrenos com declividade igual ou superior a 45% (quarenta e cinco por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

() Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.

() Em áreas de unidades de conservação eólicas ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V – F – V.
- (B) F – F – F – F – V.
- (C) F – V – F – F – V.
- (D) V – V – V – V – F.
- (E) V – V – F – V – F.

Questão 46

(Correta: B)

Considere as sentenças relacionadas à Política Nacional de Mobilidade Urbana apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos: reduzir as desigualdades e promover a inclusão social; promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais; proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade; promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades; e consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

() A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios: acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

() A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos; prioridade dos modos de transportes motorizados sobre os não motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado; integração entre os modos e serviços de transporte urbano; mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade; incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes; priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado; integração entre as

cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países sobre a linha divisória internacional; e garantia de sustentabilidade econômica das redes de transporte público coletivo de passageiros, de modo a preservar a continuidade, a universalidade e a modicidade tarifária do serviço.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – F – V.

Questão 47

(Correta: B)

Considerando que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, o Estatuto das Cidades, instituído pela Lei n.º 10.257/2001, cria os Instrumentos da Política Urbana. Considerando esses instrumentos, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os instrumentos de política urbana a suas respectivas definições:

Primeira coluna: instrumentos da política urbana

1. Do direito de preempção
2. Das operações urbanas consorciadas
3. Da outorga onerosa do direito de construir

Segunda coluna: definições

() O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

() Confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

() O conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 3 – 2 – 1.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 1 – 2 – 3.
- (D) 2 – 1 – 3.
- (E) 2 – 3 – 1.

Questão 48

(Correta: A)

A Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para as eleições, especialmente quanto às "Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais". Analise as sentenças a seguir a respeito da proibição aos agentes públicos, servidores ou não, de condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária.

() Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.

() Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

() Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos quatro meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvada a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo.

() Nos quatro meses que antecedem o pleito: com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

() Nos quatro meses que antecedem o pleito: realizar transferência voluntária de recursos, da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública, sob pena de nulidade de pleno direito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – V – F – F – F.
- (B) V – V – V – V – V – F.
- (C) V – F – F – F – F – V.

(D) F – F – V – F – F – V.

(E) F – F – F – V – V – V.

Questão 49

(Correta: E)

Em Município cuja Câmara possui onze membros, denúncia contra Vereador, por corrupção e fixação de residência fora do Município, foi recebida pela maioria dos presentes. O Presidente afastou o acusado com fundamento exclusivo no § 2º do art. 7º do Decreto-Lei n.º 201/1967. No 88º dia após a notificação, realizou-se uma única votação nominal, na qual sete Vereadores votaram pela cassação. Considerando o texto vigente do Decreto-Lei n.º 201/1967, assinale a alternativa correta:

- (A) Recebimento válido, afastamento inválido e processo intempestivo, pois o prazo de noventa dias começa no recebimento da denúncia.
- (B) Recebimento inválido, afastamento válido e cassação irregular, pois a denúncia dependia da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (C) Recebimento válido, afastamento válido e cassação irregular, pois cada infração exigia votação própria, embora sete votos fossem suficientes.
- (D) Recebimento inválido, afastamento inválido e cassação regular, pois sete votos correspondem a dois terços dos Vereadores presentes.
- (E) Recebimento válido, afastamento inválido e cassação irregular, pois eram necessárias votações separadas e, em cada uma, oito votos.

Questão 50

(Correta: B)

Durante o período de registro das candidaturas municipais, um eleitor protocolou requerimento na Câmara Municipal solicitando que a Procuradoria do Poder Legislativo impugnasse o pedido de registro de um candidato a Vereador. Para orientar a Presidência da Câmara quanto às providências juridicamente cabíveis, o Procurador analisou as afirmativas a seguir:

I.A arguição de inelegibilidade contra candidato a Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador deve ser apresentada perante o Juiz Eleitoral.

II.O pedido de registro pode ser impugnado, no prazo de cinco dias contado de sua publicação, por candidato, partido político, coligação ou Ministério Público.

III.O eleitor possui legitimidade para impugnar diretamente o pedido de registro, desde que apresente documentos comprobatórios da inelegibilidade.

IV.A Câmara Municipal possui legitimidade para impugnar o registro de candidato a Vereador, podendo ser representada judicialmente por sua Procuradoria.

De acordo com a Lei Complementar n.º 64/1990, é correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.

- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 17 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 18 de agosto de 2026 e 23h59min59seg do dia 19 de agosto de 2026**.

16 de agosto de 2026